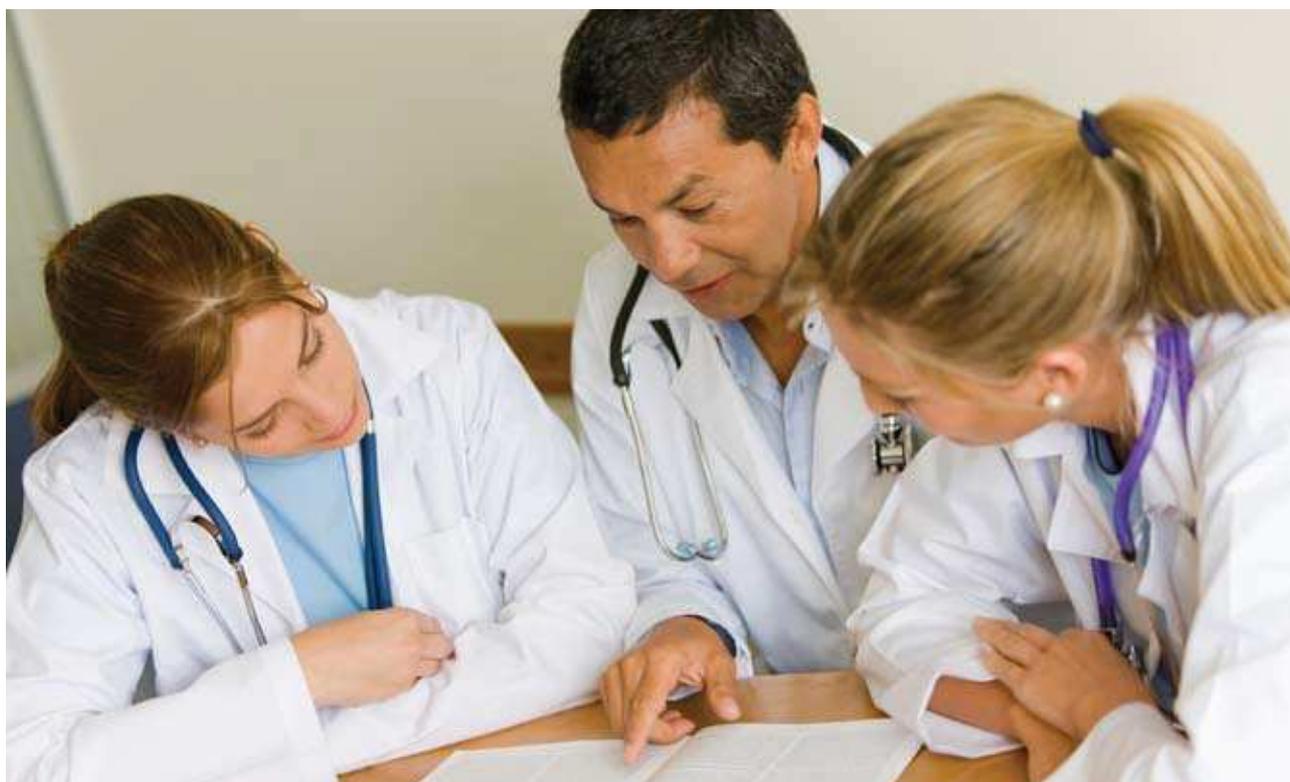


educação

POLÍTICA VISA QUALIFICAR PROFISSIONAIS PARA A REDE DE ATENÇÃO ONCOLÓGICA

Atenção permanente ao ensino



Uma das metas estratégicas do Sistema Único de Saúde (SUS) hoje é estruturar a qualificação e a educação permanente de seus profissionais em níveis regionais, para atender demandas que surgem a partir da produção de novos conhecimentos. Instituída em 2004 e alterada em 2007, a Política Nacional de Educação Permanente em Saúde (PNEPS) define novas diretrizes, que implicam em trabalho intersetorial. O objetivo é qualificar as práticas, a organização das ações e dos serviços de saúde. Visa a modificar processos de formação, atividades pedagógicas e metodologias educacionais, por meio da valorização das experiências pes-

soais dos profissionais que atuam no setor. A iniciativa baseia-se no conceito de que educação permanente é a aprendizagem no trabalho, em que o aprender e o ensinar se incorporam ao cotidiano das organizações, com a possibilidade de transformar as práticas.

A implantação da nova política, focada em problemas enfrentados no cotidiano, gera compromissos entre profissionais, gestores, instituições de ensino e usuários do Sistema Único de Saúde (SUS). A Política estabelece novas diretrizes operacionais para execução de atividades no campo da educação em saúde. As orientações determinam a necessidade de articulação

“A construção de uma estratégia no campo do ensino e da qualificação pretende criar também a sustentabilidade das ações no longo prazo”

JOSÉ VICENT PAYÁ NETO, ASSESSOR PARA QUALIFICAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO ONCOLÓGICA

entre as instituições de saúde e as instâncias de decisão dos estados. “As instituições podem apresentar planos de qualificação a serem pactuados estado por estado com os Colegiados de Gestão Regional e, em nível nacional, por meio de Comissões de Integração Ensino-Serviço”, detalha Clarice Aparecida Ferraz, coordenadora-geral de Ações Técnicas em Educação na Saúde do Ministério da Saúde.

Os colegiados são formados por gestores municipais de saúde de um conjunto de municípios e por representantes dos gestores estaduais. É essa instância que deve definir as prioridades regionais e as responsabilidades de cada ente envolvido na execução das ações. Já as comissões são instâncias que envolvem diversos setores e instituições, podendo incluir gestores, trabalhadores, instituições de ensino e movimentos sociais. Atuam na formulação, condução e desenvolvimento da política.

A importância da educação permanente em saúde, em especial na área oncológica, está em concentrar esforços no planejamento de estratégias de capacitação e na gestão de processos “O trabalho é feito para que os profissionais estejam aptos a atuar na linha de cuidados oncológicos, desde o diagnóstico, o tratamento, a reabilitação até os cuidados paliativos”, aponta Clarice. Assim, na atenção oncológica, a política é o caminho para preparar profissionais capazes de prestar atendimento a demandas da população.

A ação é considerada das mais importantes no momento, inclusive com o auxílio de plataformas que permitem o ensino a distância. O aprendizado por meio de recursos tecnológicos, em particular na atualização profissional, atingiu grande desenvolvimento nas últimas décadas por permitir acesso ao conhecimento e à informação, facilitando a criação de comunidades virtuais em áreas de interesse, potencializando, assim, a circulação de dados e o desenvolvimento de debates em torno do tema.

O Instituto Nacional de Câncer (INCA) iniciou um programa de Educação a Distância em 2005. “Criamos novas perspectivas para ampliar o alcance de iniciativas educacionais em oncologia e atender necessidades de formação na área no Brasil”, destaca José Vicent Payá Neto, assessor para Qualificação da Rede de Atenção Oncológica da Coordenação de Educação do INCA.

Nas ações para o controle do câncer no Brasil, o INCA tem como um dos objetivos a construção de redes regionalizadas de atenção oncológica, em linhas de cuidado, sendo um dos componentes de destaque a linha de educação e pesquisa. “A construção de uma estratégia no campo do ensino e da qualificação pretende criar também a sustentabilidade das ações no longo prazo”, avalia Payá. A qualificação para a Rede de Atenção Oncológica (RAO) está presente no Programa Mais Saúde, do Ministério da Saúde, e prevê ações nos níveis técnico e superior.



Curso de Citotécnicos do Inca

Foto: Rafael Martins

Uma das iniciativas mais importantes para a qualificação de profissionais do SUS na área oncológica é o curso de citotécnicos, ministrado pelo INCA em nível de formação e também de atualização. Esses profissionais são responsáveis por fazer a leitura das lâminas de microscópios dos exames preventivos ginecológicos, essenciais para prevenção e detecção precoce do câncer do colo do útero.

Não existe uma qualificação única no campo da oncologia, uma vez que é necessário atuar em todos os níveis de atenção ao indivíduo, o que representa uma diversidade enorme de profissionais e de demandas. “O alvo é toda a linha de cuidado”, ressalta Fátima Meirelles, técnica da Coordenação de Educação do INCA. Fátima destaca também que 90% das necessidades do SUS estão concentradas na atenção básica nos municípios, que trabalham as prioridades do Pacto pela Saúde, como o combate aos cânceres do colo do útero e da mama e no controle do tabagismo.

OTIMIZAR A QUALIFICAÇÃO

Como o INCA não tem capilaridade suficiente para formar ou oferecer vagas para profissionais de todo o país, é necessário descentralizar o ensino para a Rede de Atenção Oncológica. Uma saída é a busca no sistema de parceiros que possam criar uma rede de conhecimento capaz de permitir a formação e a qualificação desses profissionais. Com a Política Nacional de Educação Permanente de Saúde e a Política Nacional de Atenção Oncológica, a formação se dá por meio dos centros formadores. “Promovemos a formação no INCA e enviamos nossos profissionais a outros locais também, mas precisamos utilizar a rede para expandir o conhecimento”, ressalta José Vicent Payá.

O Projeto dos Centros Formadores busca articular instituições para propor estratégias de formação e desenvolvimento dos trabalhadores da saúde, na área do câncer. A ideia é incentivar a colaboração de instituições no desenvolvimento da Educação Permanente em Saúde, ampliando a capacidade pedagógica em toda a rede e a educação para a atenção oncológica. Um desafio é mapear a força de trabalho e seus diferentes componentes. “Esse quadro muda de acordo com o tipo da doença. Precisamos também identificar os órgãos capazes de formar esses profissionais”, avalia Payá. A fixação de profissionais fora dos grandes centros também é uma preocupação. O assessor afirma que 90% dos profissionais formados estão na Região Sudeste e mesmo os alunos provenientes de áreas mais distantes não voltam para seus locais de origem para difundir o conhecimento adquirido.

Em hospitais privados, também existe a preocupação com a educação permanente em saúde, que pode incluir a capacitação dos profissionais e gestores e o incentivo à pesquisa. No Hospital A. C. Camargo, em São

Paulo, por exemplo, a área de ensino oferece cursos técnicos, de extensão, aprimoramento e especialização em saúde. “No entanto, a diferenciação é que em algum momento será abordada a oncologia, nossa *expertise*”, afirma a coordenadora da Educação Continuada do A. C. Camargo, Maria das Graças Matsubara.

A política de educação no A. C. Camargo está pautada em três pilares: público leigo, colaboradores internos e comunidade científica voltada à área da saúde. Para a comunidade científica, são promovidos congressos, jornadas e cursos. “Também oferecemos formação em enfermagem do nível médio, *lato e stricto sensu*”, acrescenta Maria das Graças.

RECURSOS PARA A EDUCAÇÃO EM SAÚDE

A Política Nacional de Educação Permanente em Saúde está definida por meio da Portaria nº 1.996, de 20 de agosto de 2007, e seu financiamento é instituído pelo Pacto pela Saúde. Como detalha a coordenadora-geral de Ações Técnicas em Educação na Saúde do Ministério da Saúde, Clarice Aparecida Ferraz, os recursos financeiros relativos aos municípios, estados e Distrito Federal serão transferidos pelo Fundo Nacional de Saúde. Em 2007 e 2008, foram repassados R\$ 85 milhões para as iniciativas em educação. “Os recursos financeiros deste ano estão em tramitação administrativa”, explica Clarice.

Por se tratar de uma ação estruturante na educação em saúde, Clarice avalia que essa estratégia está sendo bem conduzida, considerando-se as especificidades locais, regionais e estaduais. “Buscamos superar as desigualdades e as necessidades de formação para o trabalho no setor, em âmbito da atenção básica e especializada em saúde”, conclui. |

DINÂMICA DO TRABALHO

PROBLEMATIZAR AS PRÁTICAS

Identificar problemas	Ação-Reflexão Investigação-Ação	Estudo de casos Trabalho de campo Sistematização de dados locais Construção e priorização de problemas
Ampliar o conhecimento	Acesso bibliográfico Acesso a dados Acesso à comunicação virtual Acesso a outras experiências	Seminário de estudos Estágio <i>in loco</i> Grupos de discussão Teleconferências e redes interativas
Desenvolver competências específicas da equipe	Aquisição de competências e capacidades específicas	Supervisão capacitante Treinamentos focalizados específicos Oficinas de elaboração de projetos de trabalho
Buscar soluções Colocá-las em prática e avaliá-las	Coordenar condutas com outros e trabalho em redes	Grupos operativos de qualidade Oficinas de programação local Avaliação de processos e resultados

Fonte: Série Pactos pela Saúde, volume 9.